

Contra o negrocídio em favor da negropolítica: perspectivas político- metodológico-epistemológicas na pesquisa em etnomusicologia

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO DE PESQUISA

SUBÁREA: MÚSICA E PENSAMENTO AFRODIASPÓRICO

Leonardo Moraes Batista
PROEMUS – UNIRIO
leonardomoraesbatista@gmail.com

Acsa Braga Costa
UERJ
acsabragac@gmail.com

Danilo dos Santos
PPGARTS -UERJ
danilo.cunhads@live.com

Thamara Collares
UNIRIO
thamara.collares@edu.unirio.br

Victor Cantuaria
UFRJ
victorh.cantuaria@gmail.com

Resumo. Esse artigo resulta da pesquisa de doutorado concluída e objetiva apresentar questões, inflexões e perspectivas político-metodológico-epistemológicas desde um viés etnomusicológico, para refletirmos sobre a produção de conhecimento nesse campo e no da área música como um todo. Por assim dizer, aponta-se os epistemicídios presentes no campo da música, nos processos de produção de conhecimento e destaca os percursos utilizados na pesquisa. Esses, são endossados pela dimensão política articulada por pessoas e pelos grupos, organizações e coletivos que compuseram/compõem os movimentos de luta do povo negro brasileiro (Gomes, 2017), ao tratarem do percurso de mudança entre a equivocada ideia de mito da democracia racial (A. Nascimento, 2017) para a denúncia do racismo estrutural (Almeida, 2019). Em dimensões de resultado, que trazemos para esse texto, são as composições das bases metodológicas e epistemológicas que construímos na pesquisa, desenvolvida por nós do *NEGÔ*¹.

¹ O Grupo de Estudos e Pesquisa Etnomusicológica *NEGÔ* é composto pelas autoras e autores deste artigo. São pessoas afrodiáspóricas, dos campos da dança, música, letras, história e pedagogia, que se reuniram para



Palavras-chave. Etnomusicologia, Epistemicídio, Negropolítica, *BATEKOO*, Pesquisa em música.

Against Negrocide, in Favor of Negropolitics: Political, Methodological, and Epistemological Perspectives in Ethnomusicology Research

Abstract This article is the result of a completed doctoral research and aims to present political, methodological, and epistemological questions, inflections, and perspectives from an ethnomusicological standpoint. It seeks to encourage reflection on knowledge production within this field and within the broader area of music. In this sense, it points to the epistemicides present in the field of music and in knowledge production processes, while highlighting the paths taken throughout the research. These paths are endorsed by the political dimension articulated by individuals, as well as by groups, organizations, and collectives involved in the struggle movements of the Black Brazilian population (Gomes, 2017), particularly in the transition from the misguided idea of the racial democracy myth (A. Nascimento, 2017) to the denunciation of structural racism (Almeida, 2019). In terms of outcomes, which we bring into this text, these are the compositions of the methodological and epistemological foundations that we built during the research, developed by us at *NEGÔ*.

Keywords: Ethnomusicology, Epistemicide, Negropolitics, *BATEKOO*, Music Research.

Introdução: Mas a música não veio de lá, da Europa?

Essa questão foi encaminhada a nós (que assinamos este artigo), por uma estudante de graduação nos corredores da Escola de Música, durante uma ocupação de caráter formativo-educativo, com foco no debate entre música e relações étnico raciais, em 2019. A questão que nos foi empregada aponta a Europa como criadora única da concepção de música e a inexistência de outros saberes musicais que existem no mundo, algo muito similar nos cursos de música, nas universidades do Brasil.

O que ressaltamos com esta inflexão, trata da dinâmica da formação que as universidades brasileiras têm pautado em seus currículos prescritos (Oliveira, 2003) em se

desenvolver a pesquisa/tese intitulada “Juventudes negras, LGBTQIAPN+ e seus movimentos de transgressão, emancipação e libertação: uma etnomusicologia afroperspectivada das práticas sonoras da Festa BATEKOO”. A pesquisa foi desenvolvida de 2018 a 2024 no Programa de Pós-Graduação em Música da UFRJ, sob a orientação do Prof. Samuel Araújo. O grupo tem desenvolvido pesquisas sobre questões raciais e dissidentes sexuais, tomando os territórios sonoros urbano-periféricos e LGBTQIAPN+ da cidade do Rio de Janeiro, como base das suas produções. Para maiores informações: <https://www.instagram.com/negopesquisa/>



tratando da formação das pessoas que graduam em música, seja no bacharelado ou na licenciatura.

A formação em música nas universidades do Brasil e de alguns outros países da América Latina é constituída sob a égide do colonialismo europeu (Batista 2018; Larsen; Souza; Ramires, 2020; Queiroz, 2017a; 2020). No mundo acadêmico brasileiro existe um profundo confinamento racial (Carvalho, 2006) que perpetua o epistemicídio (Carneiro, 2023) incidente sobre as diferentes formas de pensar e fazer música (Queiroz, 2017b).

Tomando posse das funções educativas da universidade brasileira, que se dão por meio da formação, pesquisa e extensão, objetivamos debater o quesito pesquisa, para delinear o que construímos quando compreendemos que era necessário mergulhar nas produções negro intelectuais (Gomes, 2010) tão bem articuladas pelas pessoas e organizações, grupos e coletivos que compuseram e compõem o movimento negro brasileiro (Gomes, 2017).

Enfrentando a equivocada ideia do mito da democracia racial (A. Nascimento, 2017) endossada pela branquitude brasileira (Bento, 2021), tomamos como metodologia o diálogo argumentativo entre racismo institucional (Almeida, 2019) e mito do conhecimento universal (Kilomba, 2019), em diálogo com o campo da etnomusicologia, área que estamos inseridos enquanto pesquisadoras/es, para construir um campo político-metodológico-epistemológico que desse conta da produção de conhecimento que almejávamos construir, considerando aspectos étnico raciais (A. Nascimento, 2019) e dissidentes sexuais (T. Nascimento, 2018).

A etnomusicologia no decorrer de sua inserção no meio acadêmico e com o desenvolvimento de pesquisas promovido por pessoas tem apontado o seu interesse no conhecimento e compreensão das expressões e manifestações sonoras e culturais e pode ser compreendida como

um campo, por definição interdisciplinar de estudos de fenômenos socialmente definidos como musicais, seja qual for a definição ou genealogia que lhe atribuímos (e há muitas possíveis), são inúmeros e não necessariamente semelhantes os caminhos de formação e de diálogo intelectual que podem ser trilhados por pesquisadoras e pesquisadores, individualmente ou em grupos de pesquisa, tomando algum legado da etnomusicologia como horizonte (Araújo, 2016, p. 8).



Vale ressaltar que esta área foi constituída por pessoas não-negras e não-indígenas, que fora de seus territórios geográficos (Europa e Estados Unidos), buscaram compreender as práticas musicais de outras sociedades de outras partes do mundo, tomando como mecanismo de produção de conhecimento metodologias e epistemologias branco-europeias e norte americanizadas de seus países (Lühning, 2014; Mapaya, 2013; Mapaya; Mugovhani, 2018, 2020). Ou seja, não eram as pessoas pesquisadas as protagonistas das pesquisas, eram sim pessoas brancas que gozavam da herança colonial, o privilégio de ingresso na academia.

Nesse ponto, carece pensarmos sobre o como etnomusicólogas e etnomusicólogos delinearam a área. É necessário compreender o como as pessoas que ergueram esse campo, a custos da apropriação e expropriação (William, 2019; Carvalho, 2019) utilizaram e ainda utilizam da potencialidade dos saberes não-brancos, para construir seus currículos, carreiras e pesquisas.

Com o exponencial aumento de pessoas autodeclaradas negras no Brasil (56% - IBGE 2022)² conferimos um quantitativo desse grupo ingressando na universidade (graduação e pós-graduação), produzindo novas abordagens metodológicas além-epistemicídio (Carneiro, 2005) e além-pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002), tão bem estabelecidos e configurados nesse espaço, em que os racistas lá estão (Gomes, 2019)³.

Como intelectuais negras/os (Gomes, 2010), filhas/os das ações afirmativas (Brasil, 2003, 2004, 2008, 2012, 2014) e praticantes deste processo de mudança em um cenário pluriépistemológico (Carvalho, 2019) da etnomusicologia praticada no Brasil, agenciamos em nossa pesquisa, percursos negropolíticos capazes de suprimir os enredos negrocidas, que se manifestam no cotidiano epistemicida quando pessoas negras estão se formando e produzindo conhecimento sobre si e sobre os seus na universidade.

Por desenvolvermos uma pesquisa sobre a festa BATEKOO, que tem em seu cerne a realização com/por meio/para pessoas negras, urbano-periféricas e dissidentes LGBTQIAPN+, foi necessário mergulhar no âmago da produção de conhecimento epistemológica negra

² Para maiores informações acessar o LINK disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>>.

³ Para maiores informações acessar o LINK disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WJ_kIVITRzs&t=1522s&ab_channel=UFRGSTV>.



brasileira, diaspórica e africana, para dialogar no mesmo plano com as pessoas praticantes (festeiras e trabalhadoras).

A festa BATEKOO apresentou-se para as/os suas/seus praticantes como um espaço que tem a experiência acústica e o fervor como elemento base. Utiliza de gêneros musicais negros dessa diáspora, de outras e de África como expressão e afirmação da negritude. É uma festa que agencia por meio de experiências estético-criativas, artístico-culturais e midiático-sociais, possibilidades de saber-se negra/e/o (Santos, 2021), em que por meio da música, da dança, do corpo, da pele preta, do suor, do calor, da liberdade corporal e sexual, das culturas negras urbano-periféricas, do empoderamento coletivo e da representatividade proporcional, transita sobre outras narrativas e fora do padrão instituído por uma cisheteropatriarcalidade racista e separatista.

A festa tem sido e ainda é, em nossa concepção que assinamos esse texto, uma resposta para toda forma de opressão, segregação e/ou discriminação. O corpo negro e dissidente sexual é um instrumento central dessa construção. Com o som bombando alto e forte no corpo, agenciam-se rebeldes coreografias de negras mulheres, bixas, travestis, bissexuais, fluidez, sapatoes vivenciando as suas experiências de sexualidade.

Da individualidade ao coletivo, essas expressões do corpo se dão por meio de coreografias das divas afropops, dos passinhos, do twerk, do pagodão baiano, do rebolado do funk, lugar que experienciamos afrografias, é onde construímos memórias (MARTINS, 2021) que nos conectam e possibilitam um clima sadio de celebração e enaltecimento do estar junto com outras pessoas negras, nas suas diferentes dimensões compostas possivelmente por aceitações, pois, por se colocar como um espaço seguro e civilizatório, pessoas negras e LGBTQIAPN+ podem curtir a noite numa boa.

Para realizarmos as negrografias das práticas sonoras da festa BATEKOO recorreremos ao conceito de quilombo (B. Nascimento, 2018), quilombismo (A. Nascimento, 2019) e cuíerlombo (T. Nascimento, 2018), para compor uma metodologia atenta as expressões culturais e manifestações sonoras inflexionadas na pista da festa. Além do pensamento quilombista, tomamos como base as concepções de afrografia da memória (Martins, 2021), escrituragem (Evaristo, 2020) e pretuguês (Gonzalez, 2020) como bases da nossa construção metodológica.



Como desobedientes (Odara, 2021) e contracoloniais (Santos, 2015), caminhos por outros percursos político-metodológico-epistemológicos. Ou seja, seguirmos na contramão da hierarquização de abordagens epistemológicas e metodológicas da área. Por ter o caráter engajado-político e colaborativo-participativo, a discussão sobre cosmopercepção (Oyěwùmí, 2002) se fez presente, como abordagem em nosso processo de construção da tese, o que nos possibilitou compreender como nossas essências, experiências e vivências, enquanto pessoas negras praticadas naquela festa, também eram epistemologias.

Construir metodologias: um projeto emancipatório na pesquisa em etnomusicologia

É verificável que o campo da etnomusicologia, tem sido amplamente atravessado por discussões, alterações, modificações endossadas por pessoas negras e LGBTQIAPN+, atentas ao percurso colonial da música. Essas pessoas têm inflexionado questões da música dinamizado em suas pesquisas, perspectivas antirracistas e antiLGBTQIAPN+fóbicas.

Trazemos para esse artigo, pensamentos e reflexões que têm sido produzidas no Atlântico Negro (Gilroy, 2003), mar que possibilita diálogos profundos entre África, Brasil e em demais diásporas, enquanto debate político que foge da ordem ocidental, para compor este mapa quando se propõe fazer, pensar e pesquisar a produção musical negra.

Talvez pudéssemos intitular a etnomusicologia que desenvolvemos no doutorado como musicologia afroperspectivada, ao modo como discutem e refletem algumas autoras/res africanas/os e afrodiáspóricas/os. Cremos que poderíamos avançar no debate acerca do prefixo “etno”, mas, temos interesse em pensar, compor, ativar o debate sobre etnomusicologias e com construções político-metodológico-epistemológicas pluriversas. Compreendemos que esta é uma discussão que tem sido travada e mediada por pessoas que tiveram a oportunidade de participação nas tomadas de decisões do nome e políticas do campo, quando eram objetos das pesquisas. Porém, hoje, como protagonistas seguem o debate.

Kwabena Nketia⁴, um dos principais etnomusicólogos e compositores de África, no exercício propor um caminho além da única história contata (Adichei, 2019), em entrevista

⁴ Destacamos alguns títulos de publicação que podem expandir o conhecimento sobre as produções de Kwabena Nketia, *African music in Ghana* (1963); *The Music Of Africa* (1964); *Ethnomusicology and African Music* (2000); *A profile of Kwabena Nketia: Scholar and Music Educator* (2003).



realizada por Ricardo Tacuchian e Kwabena Nketia, na ocasião do acontecimento do I Simpósio de Música promovido pela Universidade Federal da Bahia, em 1991, aponta o caminho do deslocamento como percurso metodológico, além daqueles já consagrados no âmbito da/na pesquisa das músicas tradicionais. Nketia responde:

No meu ponto de vista é que cada pesquisador determine sua própria metodologia em função do contexto onde se insere de fato etnomusicológico. Não existe uma metodologia única para todo o globo terrestre. O pesquisador lida com evidências colhidas da tradição oral, dentro de uma específica condição social. Os pesquisadores latino-americanos, deste modo, poderão trazer uma importante contribuição nas formulações teóricas e interpretativas que surgirem de seus trabalhos. Insights originais poderão surgir do estudo da aculturação latino-americana transformada numa mola propulsora de criação de novas culturas (Nketia; Tacuchian; 1991, p. 142).

A resposta dada por Nketia (1991), nesta entrevista, aponta para nós alguns rumos metodológicos ao que confere o exercício dos modos de compreensão e experienciação daquilo que se escuta, visualiza e corpo realiza na pista da festa BATEKOO, como arcabouço metodológico. Destacamos por um exemplo a compreensão de termos ampla atenção sobre os esquemas composicionais das/es/os DJs das/nas produções sonoras que se orientam pelas ênfases e nuances da música eletrônica de pista, a partir dos *samples*, dos *beats*, dos *singles* quentes e envolventes que incentivam a bateção de *KOO* e bem como os demais aspectos de construção acústica articulados na trama social no percurso da festa.

Compreendemos com Nketia (1991) que é necessário ir além do racismo acadêmico enquadrador e romper com o *modus operandi* desenhado como norma do colonialismo acadêmico epistemicída. Entendemos que foi preciso avançarmos no conhecimento individual das produções das nossas irmãs e irmãos africanos, afrodiáspóricos, afro-brasileiros para observar e compreender quais são os outros mecanismos metodológicos, pois o que tivemos ciência em nosso percurso formativo foi mediado por aqueles que expropriaram e se apropriaram das culturas sonoras fora de seus eixos político-geográficos.

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de



produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento considerado legítimo ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjogado, sequestrando a própria capacidade de aprender. É uma forma do Outro ou pela assimilação cultural que, em outros casos lhe é imposta. Sendo um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais, o epistemicídio se efetiva sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores racialmente, como uma tecnologia que integra o dispositivo da racialidade e que visa o controle de mentes e corações (Carneiro, 2023, p. 88 – 89).

O percurso que se constrói na pesquisa que desenvolvemos e aqui nesse artigo é além-epistemicídio, além do negrocídios aplicado cotidianamente em nossas formações como pessoas negras. Com Sueli Carneiro (2023) verificamos o quão cruel é este ato, principalmente quando não encontramos interlocução com a produção de conhecimento africana e afrodiáspórica nos nossos processos formativos. Um exemplo desse percurso epistemicida, são as muitas abordagens curriculares das graduações e dos programas de pós-graduação em música no Brasil, que reverberam em pesquisas, dissertações e teses na área, uma certa insistência acentuada no racismo.

A discriminação racial, o imaginário racista, o genocídio contra os negros e indígenas, a acumulação por despossessão e o roubo de terras dos povos tradicionais são práticas seculares que se reproduzem em boa medida pelo modo como esses profissionais foram formados nas universidades. Se de fato a formação universitária molda a mentalidade dos estudantes, então o racismo e genocídio certamente poderão ser confrontados com maior eficácia se uma nova geração de estudantes brancos adquirir uma formação antirracista, descolonizadora e sensível à diversidade de saberes não ocidentais criados e reproduzidos pelos negros, indígenas e povos tradicionais (Carvalho, 2019, p. 80-81).

Tomando ciência do que o autor chama à atenção compreendemos que é uma reinvenção da estrutura da universidade, no qual ações antirracistas e contracoloniais sejam tomadas. O



que apontamos aqui é a demanda por uma academia pluriepistêmica, mediada pela práxis cotidiana da contracolonização no qual o processo de escuta das falas daquelas/es que resistem à colonização ocidentalista, como nos lembra o Nego Bispo, sejam insumos para uma real mudança nos paradigmas que regem a universidade.

Etnomusicologia afroperspectivada: inflexões epistemológicas desde nossas composições

A etnomusicologia em que desenvolvemos esteve conectada com os nossos corpos, mentes, sexualidades, memórias, sentidos, imaginários, espiritualidade e vivências cotidianas das nossas vidas, nos percursos de acontecimento da festa. A etnomusicologia que acreditamos não separa, não hierarquiza, não é neutra, não é cartesiana e nem muito menos separatista, pelo contrário, a nossa etnomusicologia é uma “conceituação negro-fundamentada da e desde a negritude diaspórica dissidente-sexual” (A. Nascimento, 2018, p. 1). Assumimos um percurso de pesquisa que tem a contracolonialidade, mediadas pelo pensamento negro intelectual produzido nas diversificadas ações, organizações e instituições que compõem o movimento negro (Gomes, 2017).

Nem sempre os instrumentais metodológicos e as tradicionais categorias de análise construídas sob a égide da lógica da racionalidade ocidental moderna dão conta de interpretar a complexidade de expressões e vivências afro-brasileiras. Tal situação impele esse grupo de intelectuais a conhecer o cânone e as teorizações sobre as relações raciais por ele já realizadas e produzir outros conhecimentos, teoria e metodologias que possibilitem um outro tipo de análise mais aprofundada sobre a complexidade da dimensão étnico-racial brasileira e latino-americana sob o ponto de vista dos próprios negros (Gomes, 2010, p. 510).

Mediados por um percurso civilizatório (Trindade, 2005) fundado em uma dimensão afroperspectivada, a pesquisa, que discutiu questões relacionadas ao diálogo entre experiência sonora, juventude negra e LGBTQIAPN+ e suas dimensões de intersecção, dentro de um campo de pesquisa no Brasil, que tem como marca o ativismo enquanto interferência nas dinâmicas da sociedade, destacamos como protagonistas, que ação política da nosso trabalho, forjada no pensamento negro intelectual, é um ato antirracista.



Guiadas/os por mapas, cartas e manifestos afroatlânticos temos a certeza de que esta pesquisa que produzimos, se relaciona com processos de libertação do povo negro. Tecer inflexões sedimentadas no pensamento negro intelectual enquanto uma perspectiva contracolonial (Santos, 2015), é junto com mais um monte de negros, em diversificadas ações, fazer estancar o sangue da ferida que nunca foi tratada no Brasil e que sangra todo santo dia: o colonialismo. Distante dos privilégios que competem ao mundo monoepistemológico. Nós, escolhemos combater o racismo epistemológico.

O racismo epistêmico ou epistemológico é uma das dimensões mais perniciosas da discriminação étnico-racial negativa. Em linhas gerais, significa a recusa em reconhecer que a produção de conhecimento de algumas pessoas seja válida por duas razões: 1º) Porque não são brancas; 2º) Porque as pesquisas e resultados da produção de conhecimento envolvem repertório e cânones que não são ocidentais. Penso que a disputa para derrotar, ainda que parcialmente, o racismo epistemológico está no esforço por diversificar as leituras. Combater a injustiça cognitiva começa por deixarmos de privilegiar os modelos epistemológicos ocidentais (Nogueira, 2015, p. 4).

Em diálogo com Renato Nogueira (2014, 2015, 2016 *et al.*) e com Mapaya (2018) e Madimabe Mapaya e Ndwanato Mughovani (2018, 2020), percebemos que para desenvolver uma pesquisa etnomusicológica afroperspectivada necessitava de ampla atenção com as astúcias do racismo. Devido ao fato de a academia ser dominada por culturas das oligarquias do poder estruturalmente racista, em que a vozes das autoridades sempre são destas culturas coloniais, foi necessário que nós, pessoas negras, utilizássemos das nossas ferramentas banhadas neste afroatlântico como propriedade intelectual, para não cairmos nas invenções eurocêntricas hegemônicas moldadas dentro do discurso acadêmico.

Optamos nós do *NEGÔ*, seguir por um caminho libertário e autônomo traçando novas perspectivas de caráter étnico crítico racial antissexista, sobre percurso adotado pela academia, que por meio de seus mecanismos impositivos na pesquisa, no ensino e na extensão, calcados na ação bancária, define historicamente quais são os dispositivos “corretos” de produção de conhecimento e que por meio destes, implícita e explicitamente, cerceiam o como fazer pesquisa, como desenvolver práticas pedagógicas e como aplicá-las na sociedade.



Por buscarmos alicerçar nossa pesquisa sob as bases do quilombismo (A. Nascimento, 2019; B. Nascimento, 2020) /cuíerlombismo (T. Nascimento, 2018), em que a participação múltipla de nossas vozes e corpos em movimento, apontam demandas necessárias à escuta do universo que praticamos como protagonistas, foi necessário termos em mente que este percurso sinaliza construções coreográficas possíveis de diálogo com o debate sobre experiência sonora e demais vetores de intersecção que verificamos ser pertinentes ao debate que promovemos. Partindo da ideia de que somos praticantes participantes (festeiras/os e trabalhadoras/es) do espaço que conjuntamente desenvolvemos a pesquisa, o nosso olhar observante é ativado por cosmopercepções dadas aos modos como nos relacionamos com a festa.

Na prática, adotamos enquanto mecanismo após o dia da festa, depois de curar a ressaca, já que nossa negrografia é alcoolizada, como aponta Luciana Xavier de Oliveira (2022) e pautada sobre a ciência do rebolado como nos ensina a chefona Taísa Machado (2020), o registro realizado no famoso caderno de campo foi composto pelos nossos corpos e vozes que experienciaram todo o tamborzão na reunião de gente negra e LGBTQIAPN+.

O que fazíamos posteriormente à festa, em nossas reuniões era trocar uma ideia e construir um registro coletivo dos pontos individuais, que invariavelmente decidimos compartilhar. Mesmo que juntos ou separados durante a festa, o ato de compartilhamento possibilitou a construção de uma negrografia participativa, em que as vozes individuais se tornavam coletivas.

Adotamos como política e ética da pesquisa, dialogar sistematicamente com as pessoas envolvidas nas interlocuções o máximo de envolvimento, para não incorremos no fatídico erro das astutas armadilhas coloniais da composição do texto etnográfico. Ao assumirmos este propósito observamos que determinadas delimitações sobre o que se prescreveu no produto da pesquisa foi acompanhado por caminhos seguros visando não despojar os nossos negros corpos à margem, mas sim, construir um espaço civilizatório e intelectualmente assentado no quilombismo/cuíerlombismo, em que nossas escritas dançam e nossos corpos escrevivenciam.

Por assim dizer, tomamos na qualidade de encaminhamento formativo, enquanto pesquisadoras/es, a compreensão do que pode ser negrografia, dados apontamentos até aqui destacados, sob a dimensão teórica produzida por cientistas sociais, buscando neste universo caminhos, táticas, reflexões e estratégias que possam nos auxiliar nos processos enográficos que realizaremos. Como assumimos na pesquisa, o caráter afroperspectivista, a descrição das



vivências experienciadas por nós, individual e coletivamente, pessoas negras que somos, não mais como pesquisados e sim como protagonistas, se deram enquanto negroetnografia das práticas sonoras da festa BATEKOO.

Quando afirmamos que desenvolvemos uma negrografia assumimos um caráter subjetivo de nós que assinamos a pesquisa, é também dizer que está também mergulhada em um debate teórico-político-epistemológico étnico crítico racial. Assumimos desde já, uma configuração que não se resume somente ao ato de descrever o evento acontecido em um determinado tempo espaço, mas sim, em uma dinâmica plural em que o individual e o coletivo se encruzilham em uma corporeificação de processos que são vivenciados e experienciados pelas pessoas e por nós, na festa, esteja constubicialmente vivo.

Foi nos esquivando da neutralidade acadêmica, maturada no projeto de branquitude, nós negras/os que somos tomamos as resistências do quilombo apresentadas por Beatriz Nascimento, o percurso político do quilombismo proposto por Abdias Nascimento e o vetor cuérlombismo como política afetiva palavreira, como metodologias de pesquisa foram/são mapas que orientaram/orientam os nossos caminhos, na condução da discussão afrossônica que defendemos.

Considerações Finais ou de Continuidade? Continuidade

Nesse exercício de construção de uma tese, em modo colaborativo e participativo, foi um grande desafio. Mas, uma pauta que auxiliamos, em nossa compreensão a construir no campo da pesquisa em música. Pois aqui tratamos de algo que vai além das questões e inflexões do campo. Compreendemos que são duas questões. A primeira delas é como aprender com os diferentes percursos epistemológicos? E a segunda como com eles produzir práticas caminhos metodológicos. A festa, que toca som de preto e ninguém fica parado, nos ensinou.

Os dados não foram apresentados em sua totalidade e podem ser encontrados em periódicos da área. A nossa proposição com esse texto foi suscitar possibilidade de inflexões em nossas proposições metodológicas e construir com as perspectivas negras, daqui do Brasil, das diásporas e de África, outras inserções epistemológicas nas formações das pessoas que acessam espaços educativos, principalmente em se tratando de um país constituído por 56% da população negra.



Esperamos que consigamos avançar com as pautas já demarcadas e apresentadas, pelo Coletivo Mwanamuziki - Coletivo de Pessoas Negras Pesquisadoras em Música, por meio de seus manifestos e de outras expressões por equidade racial, tais como a da Década Internacional dos Afrodescendentes, da Coalizão por Direitos e as ações do Movimento Negro do Brasil. Compreendemos que seguir esses movimentos, podem ser boas trilhas para o exercício de para uma postura negropolítica.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Trad. Julia Romeu. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2019.

ARAÚJO, Samuel. Prefácio – O campo da etnomusicologia brasileira: formação, diálogos e comprometimento político. In: LÜHNING, Angela; TUGNY, Rosângela Pereira de (Orgs.). *Etnomusicologia no Brasil*. Salvador: Editora UFBA, 2016. p. 7-18.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BISPO, Antônio. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

BRASIL. *Lei nº 10.639*, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. República Federativa do Brasil, Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução n. 1*, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. República Federativa do Brasil, Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. *Lei nº 11.769*, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. República Federativa do Brasil, Brasília, 2008c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Lei/L11769.htm. Acesso em: 27 jul. 2025.



BRASIL. Lei n. 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio a autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação. *Diário Oficial*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. Lei n. 12.990 de 9 de junho de 2014, q Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. *Diário Oficial*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/112990.htm>. Acesso em: 27 jul. 2025.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro com não-ser como fundamento do ser*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, n. 68, p. 88-103, dez./fev. 2006c. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13485/15303>. Acesso em: 27 jul. 2025.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e a produção de conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

LARSEN, J. C.; SOUZA, C. L. DE; MARTINEZ RAMIREZ, L. L. A presença da colonialidade na constituição de grades curriculares dos cursos de graduação em música de instituições de ensino superior da América Latina e Caribe. *PROA Revista de Antropologia e Arte*, v. 1, n. 10, p. 122-152, 18 ago. 2020. Disponível em: . Acesso em 27 jul. 2025.



KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MAPAYA, Madimabe G. Dipsticking the Study of Indigenous African Music from the John Blacking Era into the 21st Century. In: MAPAYA, Madimabe G.; MUGOVHANI, Ndwamato G. (Orgs.). *John Blacking and Contemporary African Musicology: reflections, reviews, analyses and prospects*. Cidade do Cabo: Centre for Advanced Studies of African Societies, 2018. p. 113–128.

MAPAYA, Madimabe G. Ordinary African Musicology: An Africa-sensed Music Epistemology. In: MAPAYA, Madimabe G.; MUGOVHANI, Ndwamato G. (Orgs.). *John Blacking and Contemporary African Musicology: reflections, reviews, analyses and prospects*. Cidade do Cabo: Centre for Advanced Studies of African Societies, 2018. p. 25-42.

MAPAYA, Madimabe G.; MUGOVHANI, Ndwamato G. Musicologia comum africana: uma epistemologia musical de perspectiva africana. *Revista Claves*, v. 9, n. 14, p. 81-100, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/claves/article/view/57541>. Acesso em: 27 jul. 2025.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira: 4).

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 3. ed. ver. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Historiografia do Quilombo. In: NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Alex Ratts (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Tatiana. Da palavra queerlombo ao cuíerlombo da palavra. *Palavra Preta*, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://palavrapreta.wordpress.com/2018/03/12/cuierlombismo/>. Acesso em: 27 jul. 2025.



NKETIA, K. Entrevista a Ricardo Tacuchian. *Revista Música*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 141-144, 1991. DOI: 10.11606/rm.v2i2.55031. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revistamusica/article/view/55031>. Acesso em: 27 jul. 2025.

NOGUERA, Renato. *O ensino de filosofia e a Lei 10.639*. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

NOGUERA, Renato. Sambando para não sambar: afroperspectivas filosóficas sobre a musicidade do samba e a origem da filosofia. In: SILVA, Wallace Lopes (Org.). *Sambo, logo penso: afroperspectivas filosóficas para pensar o samba*. 1. ed. Rio de Janeiro: Hexis: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

NOGUERA, Renato; SILVA, Wallace Lopes; MORAES, Marcelo J. D. A fazenda. 13 de maio e seus espectros: racismo e resistência em afroperspectiva. In: SILVEIRA, Ronie Alexandro Teles da (Org.). *A fazenda e a filosofia*. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

ODARA, Thiffany. *Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação*. (Coleção Saberes Trans). 1. ed. Salvador: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. *Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Traços de colonialidade na educação superior em música do Brasil: análises a partir de uma trajetória de epistemicídios musicais e exclusões. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 25, n. 39, p. 132-159, jul./dez. 2017a. Disponível em:

<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/726/501>. Acesso em: 27 jul. 2025.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Formação intercultural em música: perspectivas para uma pedagogia do conflito e a erradicação de epistemicídios musicais. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Campo Grande, MS, v. 23, n. 45, p. 99-124, jan./jun. 2017b. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/5076>. Acesso em: 27 jul. 2025.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Até quando Brasil? Perspectivas decoloniais para (re)pensar o ensino superior de música. *PROA: Revista de Antropologia e Arte*, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 153-199, jan./jul. 2020. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/3536/3217>. Acesso em: 27 jul. 2025.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

